

REESTRUTURAÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: REUNI E SEUS IMPACTOS NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

SILVEIRA, Ana Paula¹

RESUMO

O artigo analisa as concepções políticas acerca da implementação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no Brasil em 2007, compreendendo a bandeira da democratização do ensino superior brasileiro, como proposições e os anseios políticos de ordem mercadológica a esse nível de ensino. No período antecedente ao REUNI observa-se, no Brasil inúmeras medidas provisórias que ampliam o acesso ao ensino superior, sendo em instituições públicas ou privadas, além das expansões e criações de novas instituições públicas de ensino, valendo-se dos discursos de reparações históricas tardias. Concomitante ao REUNI surge as Universidades Novas, no Brasil tais universidades expressam características pedagógicas peculiares, com Bacharéis Interdisciplinares, permitindo uma formação generalista, além disso, há similitudes as especificidades pedagógicas do Espaço Europeu de Ensino Superior, as Diretrizes Gerais dos Bacharéis Interdisciplinares. Nesse contexto o Brasil estaria deixando suas instituições federais de ensino superior, em patamares internacionais, seja pela cooperação acadêmica e pela transnacionalização do ensino por meio de acordos com instituições de ensino superior ou com parcerias com as agências financeiras internacionais. Uma vez que há a dicotomia entre a internacionalização do ensino e a transnacionalização do ensino superior, sendo o Brasil partícipe destes dois processos.

Palavras Chaves: Ensino Superior Brasileiro, REUNI, Espaço Europeu de Ensino Superior.

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara, São Paulo, Brasil. Projeto de pesquisa, desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – São Paulo, Brasil na Linha de Pesquisa Ciências Sociais na Educação sob orientação da Dra. Profa. Débora Mazza. Mesa: 40- Homo Academicus. Desafios actuales de la Universidad. E-mail: a_silveirapaula@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo traz algumas análises da Educação Superior no Brasil, permitindo que o leitor faça suas conjecturas, assim oferecendo subsídios para reflexões e conjecturas por meio das discussões teóricas aqui salientadas. Para a discussão são citados diversos autores de áreas distintas cada qual com suas valiosas contribuições, ora o artigo cita fontes bibliográfica de cunho social, ora são citadas as premissas de perspectivas econômicas, assim estabelecendo dicotomias e dialéticas de acordo com as preposições sugeridas pelo tema.

Para o artigo foi realizado um estudo bibliográfico na área afim, para então se realizar as devidas análises, assim escolhendo quais singularidades seriam versados no decorrer dele, a primeira parte do artigo pontua alguns fatos históricos para melhor integrar o leitor ao tema, a segunda parte permite que se tenha a compreensão da política pública destinada a Educação Superior no período de 2003 a 2013.

Durante o período mencionado foram vários os programas educacionais criados, mas aqui citaremos os principais: Projetos Federais à Educação Superior, porém centralizando a discussão em um só, Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo o objetivo é oferecer subsídios ao desenvolvimento da política de internacionalização do ensino superior, assim como suscita à transnacionalização da educação superior.

DE 2003 A 2013: AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Após anos de disputas eleitorais e militância política ao lado dos metalúrgicos na região do Grande ABC, como é conhecida essa parte do Estado de São Paulo por concentrar inúmeras indústrias de metalurgia, Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 foi eleito presidente da República do Brasil.

Fato esse de grande repercussão nacional e internacional, pois chegava ao poder um metalúrgico do partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) que se consolidou com propostas inovadoras à educação brasileira, sobretudo ao ensino superior.

No processo de redemocratização brasileiro Lula, como popularmente é conhecido, teve grande atuação política junto a movimentos de greve dos trabalhadores.

Em 1984 participou do movimento pelas “Diretas Já”² no Brasil que conseguiu mobilizar milhões de pessoas para que pudessem eleger de maneira direta o Presidente do Brasil, ainda nessa mesma década Lula foi o deputado federal mais votado pela Assembleia Constituinte, e após três tentativas Lula foi eleito democraticamente presidente do Brasil.

Durante os dois mandatos de Lula, de acordo com Sallum (2008), consolidou a hegemonia liberal, que entende que o Estado não deve intervir diretamente na atividade econômica, mas apenas regular no que for pertinente a ele, política essa, iniciada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) no seu último mandato, na década de 1990.

Tendo como distinção entre FHC e Lula, a possibilidade da oferta de crédito à população, que passou adquirir bens de consumo, aquecendo a economia, aumentando a dívida interna do país.

Mas vale ressaltar que no primeiro ano do Governo Lula o então ministro da fazenda do governo Lula, Antônio Palocci se reuniu com representantes do Governo de FHC para recuperarem e lançarem, a Política Econômica de Reforma Estruturais (Agenda Perdida), dando evidências da continuidade da política econômica entre os governos FRAGNANI (2005).

No período em que Lula esteve no governo brasileiro houve a criação de inúmeros programas federais para a erradicação da pobreza e inclusão social, democratizando o acesso a educação, saúde, alimentação, cultura e economia. Observa nesse rol de acessibilidade em direitos sociais, a similitude entre os programas assistenciais, de capacitações da população e o desenvolvimento econômico, pois se investe no ensino desde o básico, ao ensino técnico- profissionalizante e ao ensino superior, pois é no ensino técnico- profissionalizante e superior que há a cooptação à formação de mão de obra ao mercado de trabalho. Fruto dessas propostas para a educação superior no Brasil foram inúmeras as legislações aprovadas desde o segundo ano do governo até ao ano de 2010, como pode ser observado abaixo:

² Movimento social, organizado pela sociedade civil e sindicatos, nos anos de 1983 e 1984, para eleger de maneira direta o Presidente da República.

ANO\ DECRETO\ LEI	LEGISLAÇÃO
<i>Decreto de 20 de Outubro de 2003</i>	Grupos de Trabalho Interministerial
<i>Decreto nº 4.875, de 11 de Novembro de 2003</i>	Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino, âmbito do Ministério da Educação. (Promisaes)
<i>Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004</i>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
<i>Lei nº 10973 de 02 de Dezembro de 2004</i>	Inovação Tecnológica
<i>Decreto Presidencial nº 5205 de 2004</i>	Prevê parcerias entre Instituições Federais de Ensino Superior e as Fundações de Direito privado (Revogado pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010)
<i>Lei nº 11079 de 30 de Dezembro de 2004</i>	Parceria Público Privada
<i>Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005</i>	Institui o Programa Incluir
<i>Lei nº 11.096/2005</i>	Programa de Universidade para Todos PROUNI
<i>Projeto de Lei nº 7200 de 2006</i>	Reforma da Educação Superior
<i>Decreto Presidencial nº6096 de 2007</i>	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
<i>2007</i>	Plano de Desenvolvimento da Educação PDE
<i>Lei nº 10.801 de 14 de Abril de 2009</i>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
<i>Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010</i>	Institui Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)

Tabela 1: Leis, Decretos à Educação Superior
 Fonte: Elaboração da autora como parte dos resultados de pesquisa até o momento.

A primeira preposição à reestruturação do ensino superior iniciou em 2003, como ilustrado acima, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial que revelou a necessidade de ampliação do quadro de docentes e de vagas para estudantes consolidação da educação a distância, financiamento universitário e intensificação da autonomia universitária.

No primeiro mandato do governo Lula, no ano de 2004 foi lançado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), teve como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

No seu primeiro processo seletivo, o PROUNI ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. A estimativa do programa foi de em quatro anos, a partir da sua criação, oferecer 400 mil novas bolsas de estudos. A implementação do PROUNI, somada à criação de 10 universidades federais e 48 novos campi, ampliou, significativamente o número de vagas na educação superior, interiorizando a educação pública e gratuita, combatendo as desigualdades regionais. Todas estas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação (que previu a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, restrita a 10,4%.)

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, às quais competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato. (BRASIL, 2004, p.1)

O PROUNI evidencia a transferência de recursos públicos às Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, pois para os governantes é plausível injetar as verbas públicas em Unidades de Ensino privado incentivando, por conseguinte, as unidades privadas a preencherem vagas ociosas ao invés de custear o ensino público brasileiro numa política de ampliação de vagas.

Segundo Neves e Martins (2004) chegará um momento que o ensino privado estará maquiado de ensino público, e o ensino privado será mais público do que o

próprio ensino público superior, pelo fato do investimento público ser destinado às instituições privadas.

Em suma, o PROUNI promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização. Orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas. Os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em sua maioria, de qualidade questionável e voltada às demandas imediatas do mercado (CATANI, 2005. p. 126).

Com o PROUNI o governo passou a injetar verbas públicas nas instituições de ensino superior particulares, argumentando que o custeio da Política Pública não-Estatal, diminui excessivamente a folha orçamentária das universidades públicas e acelera o atendimento da demanda de vagas no ensino superior que, segundo o discurso governamental, seria retardado com uma política de construção de novas universidades públicas. Entretanto, é importante lembrar o valor social das universidades públicas, fruto das lutas sociais passadas, por uma educação de qualidade, primando a universalização do ensino superior e, o fato de que a educação só se afigura como um direito na esfera pública, pois na esfera privada ela apresenta-se como uma mercadoria disponível para os que podem pagar por ela.

No bojo das críticas recebidas pela não priorização do ensino superior público, devido as ênfases às IES privadas, o governo Lula lança em 2007, o programa “Universidade Nova” e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Trindade (2004) analisa os diferentes processos que abrangem as Reformas do Ensino Superior brasileiras em curso desde a criação da primeira academia no país, uma vez que as reformas passadas apenas concentravam-se nas especificidades do mundo acadêmico, no governo Lula as reformas universitárias ganharam nuances de políticas democráticas, permitindo o acesso de todos ao ensino superior, embora Lima (2006), pontua:

Saviani (1989, p.60), criticando a Escola Nova, assinalou que “quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática ela foi...”. Parafrazeando Saviani, poderíamos assinalar, criticando as políticas de contra-reforma do ensino superior de ser um discurso de democratização do acesso, pois, quanto mais se falou em democratizar o acesso ao ensino superior menos ele foi (LIMA, 2006, p. 16).

Nesse sentido a democratização do ensino superior ocorre a partir das especificidades das políticas públicas, porém não estatal e entre as parcerias público e privado.

É possível inferir que o governo federal nos governos Lula está empenhado na construção de projetos de inclusão social, pois a política neoliberal para a educação foi incapaz de assegurar a democratização do acesso e a eficiência que permite a qualidade e a permanência na escola. Os altos índices de exclusão, abandono e marginalidade educacional evidenciaram uma crise gerencial do Estado para administrar os complexos sistemas educativos. A partir disto o discurso da inclusão influenciado pelas diretrizes do Banco Mundial orienta-se para assegurar os supostos direitos do aluno, ou seja, estar dentro da escola.

Entretanto a discussão sobre o entendimento e o significado de inclusão social tem partido de diferentes segmentos, pois não basta possibilitar que jovens tenham acesso à educação pública e gratuita, mas que permaneçam na escola com qualidade socialmente referenciada até alcançarem o ensino superior, último nível do sistema nacional de educação.

Em abril de 2007 o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que surgiu na tentativa de consolidar a política educacional brasileira- pois a mesma encontrava-se fragmentada- e diminuir os impactos da exclusão educacional no Brasil. Nesse sentido outros programas federais para a educação superior surgem das proposições deste plano, como repostas a algumas necessidades pontuais, como o investimento público em instituições de ensino superior públicas.

O PDE, na visão de seus idealizadores, corporifica a ação do Estado na sua materialidade ante as desigualdades sociais e regionais produzidas pelos diferentes níveis de ensino, e tem o acesso e a qualidade como objetivo a serem atingidos nas distintas esferas (municipal, estadual e federal). Assim o PDE surge com propósito de equalizar as oportunidades ao trazer uma “visão sistêmica de educação”, que permitia a compreensão do ciclo educacional na sua integralidade. (PRADO, 2014, p. 50)

Ainda em Prado (2014) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais surge com a resposta as necessidades da educação superior brasileira. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) lançado em Abril de 2007 priorizou as instituições

federais de ensino superior (IFES) ampliando os campi, construindo novos, aumentou o repasse de verbas as instituições federais e permitiu a interiorização da educação superior, desmitificando que as grandes universidades fossem exclusividade das regiões centrais do Brasil.

As universidades federais já existentes que aderiram ao programa tiveram seus campi ampliados a fim de obter maior número de pessoas matriculadas por curso, tendo a proporção de 18 estudantes para 1 professor universitário.

Em seu primeiro ano o REUNI contou com 53 universidades federais que aderiram ao REUNI, atualmente a inserção a esse programa conta com 63 universidades federais, com a maior concentração de adesão na região sudeste do país, ou seja, a concentração regional brasileira perdurou.

Concomitante ao REUNI tem-se o surgimento das Universidades Novas, com organizações curriculares diferenciadas das demais existentes no Brasil. A proposta, iniciada e criada pelo então reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Naomar de Almeida Filho, concebe um ensino superior interdisciplinar, possibilitando que ao final do primeiro ciclo de formação (Ciclo Básico) o indivíduo tenha condição de integrar todo o conhecimento adquirido para então licenciar na sua Área de Formação. Essa nova proposta de flexibilização curricular se dá em Três Ciclos o primeiro ciclo a possibilita à licenciatura, o segundo compreende aos Mestrados Profissionais e Acadêmicos o Terceiro corresponde ao Doutorado.

Essa proposta de democratização do ensino superior, assim anunciada pelos governantes brasileiros, se deu nas Universidades Novas. Nessas Universidades se configurou a “nova arquitetura curricular” que, segundo Catani; Azevedo; Lima (2008), foi proposta pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC No. 383, de 12 de abril de 2010, constituído dos professores: Murilo Silva de Camargo, Cleunice Matos Rehem, Yara Maria Rauh, Derval dos Santos Rosa, Murilo Cruz Leal, Eduardo Magrone, Naomar de Almeida Filho.

Segundo documento publicado nesse mesmo ano com o título Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares visualizamos a seguinte estrutura;

A proposta atualmente denominada de **Universidade Nova** implica uma transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios e corrigir [uma série de] defeitos. Pretende-se, desse modo, construir um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária. A principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade é a implantação de um regime de três ciclos de educação superior:

- Primeiro Ciclo: Bacharelado Interdisciplinar (**BI**), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes;
- Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas;
- Terceiro Ciclo: Formação acadêmica científica, artística e profissional da pós-graduação.

A introdução do regime de ciclos implicará ajuste da estrutura curricular tanto dos cursos de formação profissional quanto da pós-graduação. Além disso, propõe-se a incorporação de novas modalidades de processo seletivo, para o próprio BI e para as opções de prosseguimento da formação universitária posterior (UFBA, 2007, p.9 apud CATANI; AZEVEDO; LIMA, 2008, p.22)

Essa nova estrutura curricular, já é experimentada na Universidade Federal do ABC (UFABC), e vem sendo estudada, para consolidação em outras universidades federais recém-criadas como, Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), localizada em Foz do Iguaçu (Paraná); Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), sediada em Redenção (Ceará); Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM), localizada em Santarém (Pará), conforme destacado por Vaidergorn e Rocha (2009). Atualmente como já dito são 63 universidades federais no Brasil que fazem uso da nova arquitetura curricular.

Os Bacharéis Interdisciplinares foram propostos no âmbito de suprir as necessidades atuais da sociedade brasileira, pois a atual universidade no Brasil mostra-se ultrapassada com formações bitoladas e com pouca flexibilização e criatividade, segundo Almeida (2010).

De fato há anos a formação universitária brasileira esteve presa aos modelos das universidades européias, sobretudo o modelo napoleônico, mas com a Reforma Universitária de 1968, comandada pelos militares e com intervenções dos técnicos da USAID, essa estrutura de universidade foi convertida em proposições da Universidade Moderna de Humbolt, mas com a algumas especificidades do antigo modelo.

A proposta da Universidade Moderna é originária das necessidades da Alemanha no século XVII, Wilhem Von Humboldt que em 1809-1810, elaborou naquele país o Memorando, com os parâmetros de uma formação acadêmica, que rompesse com a formação medieval. Essa nova formação acadêmica previa a união do

ensino e pesquisa, para a completa formação do ser humano, o qual deveria cultivar as ciências, o ensino também que deveria ser generalista, ou seja, todo conhecimento adquirido deveria ser ampliado a todos membros da universidade.

Mesmo com tais “arrumações” no ensino superior brasileiro ao longo dos anos, esse ainda não tem ou expressa uma característica nacional, ou seja ainda não representa a necessidade brasileira, pois a universidade deve buscar uma identidade própria relacionada com a identidade nacional, de acordo com Wanderley (1997), a Universidade deve servir de transformações e mudanças para práticas sociais arraigadas, auxiliando no processo de construção da identidade nacional, mas vale ressaltar que dentro dessa especificidade a Universidade garante o pluralismo de ideias e liberdade de pensamentos necessários à transformação.

Pensando nessa possível mudança com o lançamento do REUNI houve a possibilidade de lançar uma nova estrutura acadêmica brasileira, segundo Naomar Almeida (2010)

A Universidade Nova nada tem de fantasioso; este projeto não é uma utopia. Trazemos sim uma proposta provocadora, realista, viável, portanto realizável; seguimos um movimento assumidamente desejante, mobilizador, histórico (no sentido de operado pela ação humana). Por tudo isso, proponho chama-la de *protopia*. Ao neologismo se aplica a esma lógica etiológica do termo utopia. Mas atenção: no lugar da negação, do vazio, temos o prefixo *pro*, a favor de, na direção de, atuante (como em “pro-ativo”). Criamos, aqui, um movimento a favor de um lugar, movemo-nos em direção a este lugar; neste movimento, construímos o novo lugar, nossa *protopia*, a *Universidade Nova*. (ALMEIDA 2010, p.295; Grifos do autor)

Como pode observar essa nova fase na educação, iniciada em 2007 tem grandes chances de se tornar o modelo acadêmico brasileiro, pois para o envolvidos nessa nova arquitetura curricular, é claro que não existe nenhuma semelhança com as propostas do passado, nem com as especificidades das grandes universidades internacionais, embora as evidencias comprovem as similitudes com o modelo vigente na Europa e com a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior.

A título de conhecimento segue a estrutura do atual modelo brasileiro, presente nas Universidades Novas:

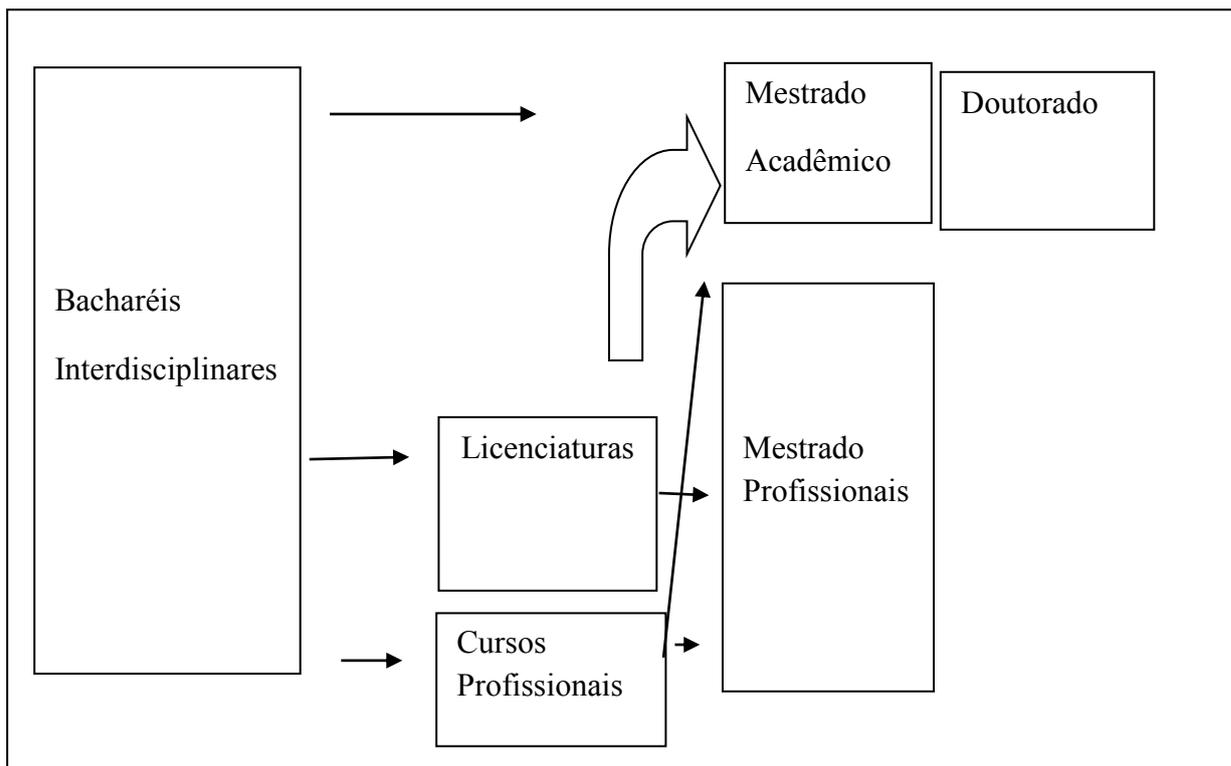


Figura2: Estrutura acadêmica Universidade Nova

Fonte: ALMEIDA, 2007, p. 266

Analisando esse novo modelo acadêmico brasileiro encontramos algumas similitudes no então modelo proposto pelo Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), pois as universidades europeias participantes desse modelo oferecem o Bacharel Interdisciplinar, tendo a formação em três eixos: Licenciatura, Mestrado e Doutorado, permitindo também que discentes e docentes tenham mobilidades em diferentes países, sobretudo a validação curricular entre as universidades europeias.

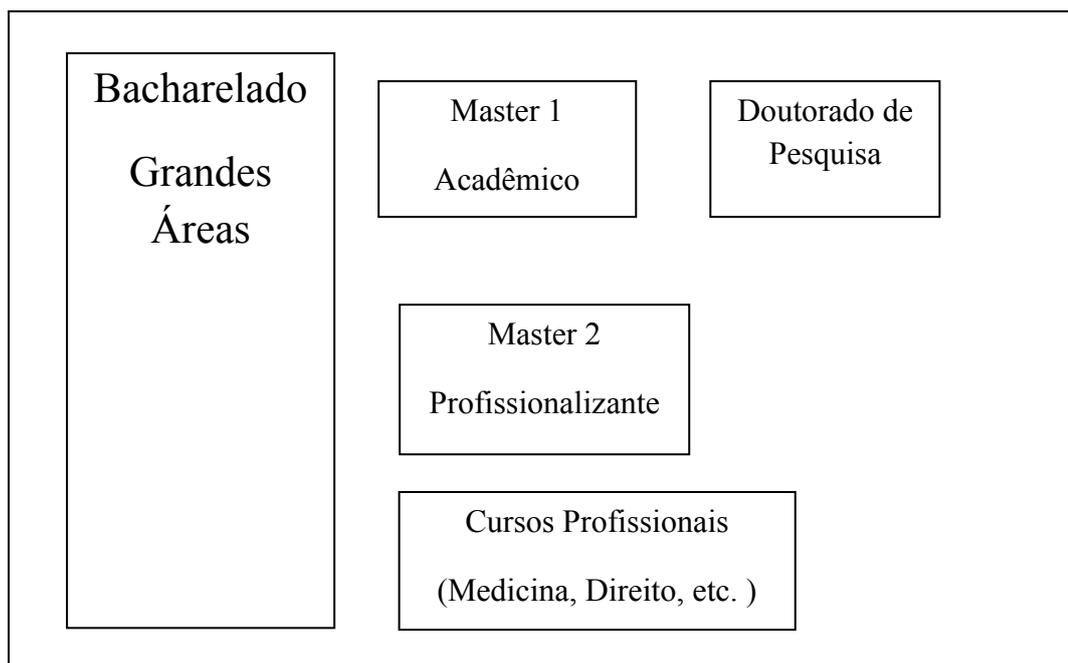


Figura 1: Estrutura acadêmica Processo de Bolonha
 Fonte: ALMEIDA, 2007, p. 236

A intencionalidade da criação do EEES teve início com a Carta Magna assinada por 430 Reitores de Universidades Europeias em 1988, durante as comemorações dos 800 anos da Universidade de Sorbone. Em 1999 foi assinado o Tratado de Bolonha que contou com a participação de 29 países, estipulando a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior até 2010.

O intuito do Processo de Bolonha (PB) era tornar o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) incompatível com os demais existentes no mundo, gerando desconforto nos Estados Unidos e na Austrália, os quais desfrutavam da maior parte da indústria de exportação da educação superior. O PB tem sido tomado como um modelo na reestruturação universitária de países latinos, em especial o Brasil e na Ásia, em especial na China. ROBERTSON (2009)

O bacharel interdisciplinar comparece no modelo curricular brasileiro e europeu de diferentes formas: BIs, mestrados profissionalizantes, cursos profissionalizantes, mestrados e doutorados, ou seja há uma grande semelhança entre esses dois modelos. No Brasil essa proposta foi iniciada em 2007, na Europa essa

proposta permaneceu em estudo por uma década, sendo implementada de fato em 2010, apenas três anos distanciam essas ações.

Nesse sentido pode-se afirmar que os BIs no Brasil dialogam com um rol de políticas, destinadas aos processos de internacionalização e transnacionalização do ensino superior, que fazem interface com a mundialização do capital.

As definições a essa internacionalizações são as mais distintas, encontradas em trabalhos acadêmicos. Fronzaglia (2011) em sua pesquisa define o que são as políticas públicas de internacionais, sendo elas originárias de políticas nacionais, ou seja, toda política de internacionalização compreende e representa políticas públicas de determinados países, no intuito ultrapassarem os territórios-nacionais, a fim de disseminarem suas transformações aos demais, quando unidas em uma única proposta.

Já a internacionalização do ensino superior, para esse mesmo autor, constitui-se na visibilidade internacional das universidades, mobilidades estudantis e docentes, maiores números de atividades acadêmicas internacionais, ações conjuntas de pesquisas entre diferentes países, sendo esses aspectos impulsionados pela a busca do lucro, podendo ocorrer, de maneira passiva ou ativa. Fronzaglia (2011)

A internacionalização do ensino superior é, segundo tal concepção, o conjunto de ações das diversas universidades em busca de novas formas de inserção no mercado internacional ou ainda o conjunto de ações na busca pela diversificação do intercâmbio e da troca de conhecimentos científicos através do estímulo ao aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores pelas ações de cooperação entre universidades de diferentes países. Essa concepção não contempla questões ligadas às políticas públicas e coloca o processo de internacionalização como resultado de um processo mais amplo de globalização econômica, política, social e cultural. (FRONZAGLIA, 2011, p.81)

Já a transnacionalização da educação superior comparece como acordos comerciais à educação e fornecimentos transfronteiriços dos serviços educacionais superiores.

Cabe, portanto, uma distinção entre internacionalização e transnacionalização da educação superior. Uma coisa é a internacionalização da educação fundada na ideia de valor universal do conhecimento e da formação expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes. Isso incide sobre organizações intergovernamentais, agências de cooperação e programas institucionais. Coisa diferente é a transnacionalização.

Diferentemente da cooperação internacional, a transnacionalização tem como principais motivações a competitividades e o lucro. A rigor, essas características, já bastante comuns a diversos sistemas de educação superior de várias partes do mundo, não correspondem com precisão ao conceito tradicional de internacionalização universitária. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 141)

Nesse sentido observamos as duas proposições no ensino superior brasileiro, a internacionalização e transnacionalização, não comparecendo de modo dicotômicos, mas como tendências que se vinculam de modo dialético. Ao mesmo tempo em que as instituições de ensino superior brasileiras buscam intercâmbios dos conhecimentos acadêmicos, elas se interessam também pela competitividade entre as demais instituições nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto entende-se que o ensino superior brasileiro é atingido por constantes transformações para atender a políticas das agendas internacionais, as quais ora vão ao encontro das necessidades da sociedade, ora priorizam propostas externas.

No período mencionado de 2003 a 2013 houve um crescente processo de internacionalização do ensino superior em diversos países considerados subdesenvolvidos, devido a necessidade destes acompanharem as transformações muitas vezes impostas pelos países desenvolvidos.

No Brasil, o REUNI juntamente com as Universidades Novas respondem essa necessidade internacional, e não a necessidade nacional, como propõe Wanderley (1997).

Tais processos de internacionalização e transnacionalização convergem no ensino superior brasileiro, pois ao mesmo tempo que se busca o intercâmbio de conhecimentos se tem a busca incessante pelo lucro oriundo, das Instituições de Ensino Superior, ou a partir da formação profissional advinda deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. N. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2010.

BRASIL. **Decreto n 6.096, 24 abr. 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: www.mec.gov.br . Acesso em 15 jun. 2011.

BRASIL. **LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.** Institui o Programa de Universidades para Todos – PROUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm . Acesso em 15 jun. 2011.

CATANIA, A. M.; AZEVEDO, M. L. N.; LIMA, L.C. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2012.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilema da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FAGNANI, Eduardo **Política Social no Brasil (1964-2002): Entre a Cidadania e a Caridade.** Tese (Doutorado) defendida no Programa de Pós – Graduação em Ciências Economicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

FRONZAGLIA, M. L. **Políticas públicas internacionais: o caso do processo de Bolonha.** Tese (Doutorado) defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2011.

LIMA, K. R. S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não- estatal. In: NEVES, L. M. W. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo: Xamã, 2006. p.23-46.

PRADO, C, J. Relacao trabalho, educação e formação: uma analise “qualitativa” do PDE. In: LIMA, A, B. **Qualidade da educação superior o programa REUNI.** Jundiaí: Paco Editorial: 2014.

NEVES, L. M. W & MARTINS, A. S. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, L. M. W. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004, p. 91-110.

SALLUM JR, BRASÍLIO. La especificidad del gobierno de Lula. **Nueva Sociedad**, n. 217, 2008.

ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? *Revista Brasileira de Educação*, v. 14 n. 42, set./dez. 2009, p. 407-422.

TRINDADE, H. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 819-844, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 30 abr. 2010.

VAIDERGORN, J.; ROCHA, C. L. O processo de Bolonha e o Brasil: o espaço europeu de Ensino superior e possíveis influências nas universidades Brasileiras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 21. , 2009, São José do Rio Preto. **Anais**. São José do Rio Preto: UNESP, 2009. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_30671088840.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.